



Trabalho, Educação e Saúde

ISSN: 1678-1007

ISSN: 1981-7746

Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio

Ungheri, Bruno Ocelli; Pacheco, Luísa Carvalho; Falcão, Denise; Rocha, Maria Teresa Sudário
Educação física, gênero e mercado de trabalho: percepções
de mulheres sobre a futura área de atuação profissional
Trabalho, Educação e Saúde, vol. 20, e00138172, 2022
Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs00138>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406769893014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)



Educação física, gênero e mercado de trabalho: percepções de mulheres sobre a futura área de atuação profissional

Physical education, gender and labor market: perceptions of women about the future area of professional activity

Educación física, género y mercado de trabajo: percepciones de las mujeres sobre el futuro ámbito de la actividad profesional

Bruno Ocelli Ungheri¹ Luísa Carvalho Pacheco² Denise Falcão³
Maria Teresa Sudário Rocha⁴

Resumo

O estudo analisou a perspectiva de graduandas em Educação Física sobre o exercício de sua futura profissão, o mercado de trabalho e as questões de gênero. Desenvolveram-se quatro Grupos Focais, que foram apreciados sob a técnica de Análise de Conteúdo. Delinearam-se quatro categorias de análise: Condição da mulher, Enfrentamento dos estereótipos, Percepções sobre a Educação Física e O mercado da Educação Física para elas. Concluiu-se que as estudantes prospectam enfrentar um mercado de trabalho desvalorizado e marcado por desigualdades entre homens e mulheres.

Palavras-chave educação física; trabalho; atuação profissional; mulher.

ARTIGO

DOI: 10.1590/1981-7746-ojs00138

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Educação Física, Ouro Preto, Brasil.
bruno.ungheri@ufop.edu.br

² Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Educação Física, Ouro Preto, Brasil
luisacarvalhopacheco@gmail.com

³ Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Educação Física, Ouro Preto, Brasil.
denise.falcao@ufop.edu.br

⁴ Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Educação Física, Ouro Preto, Brasil.
maria.rocha@ufop.edu.br

Abstract

This study analyzed the perspective of Physical Education undergraduates on the exercise of their future profession, the labor market and gender issues. Four Focus Groups were developed, which were analyzed using the Content Analysis technique. Four categories of analysis were outlined: Condition of women, Confronting stereotypes, Perceptions about Physical Education and The Physical Education market for them. It was concluded that the students' prospect is to face a devalued labor market and marked by inequalities between men and women.

Keywords physical education; labor; professional performance; woman.

Resumen

El estudio analizó la perspectiva de los estudiantes del bachillerato de Educación Física sobre el ejercicio de su futura profesión, el mercado de trabajo y las cuestiones de género. Se desarrollaron cuatro Grupos Focales, los cuales fueron analizados bajo la técnica de Análisis de Contenido. Se delinearon cuatro categorías de análisis: Condición de la mujer, Enfrentamiento de los estereotipos, Percepciones sobre la Educación Física y El mercado de la Educación Física para ellas. Se concluyó que las estudiantes prospectan enfrentar un mercado laboral devaluado y marcado por desigualdades entre hombres y mujeres.

Palabra clave educación física; trabajo; desempeño profesional; mujer.

Introdução

As sociedades contemporâneas se alicerçam em uma estrutura caracterizada pelo autoritarismo do homem, uma supremacia masculina que acarretou a desvalorização da identidade feminina, reduzindo-a historicamente à maternidade. Essa divisão entre os sexos está enraizada socialmente, se faz presente em todas as coisas e alicerça a ordem social que reafirma a dominação masculina (Bourdieu, 2002). Desde os primeiros movimentos feministas, as mulheres obtiveram conquistas sociais, que modificaram a dinâmica familiar e ampliaram o conceito da 'condição feminina'. Com a incorporação maciça da mulher na força de trabalho remunerada, cresceu a luta por direitos iguais entre os sexos e a divisão de papéis, abalando a legitimidade da dominação do homem como provedor da família.

Delphy (2001) descreve o sexo como aquilo que difere biologicamente o homem e a mulher, ou seja, a diferenciação através dos órgãos genitais e das funções de procriação. O termo 'gênero' pode ser compreendido como uma convenção social, histórica e cultural, respaldada nas diferenças sexuais, que retratam uma construção social que determina os papéis interpretados por cada um dos sexos (Follador, 2009; Butler, 2004). Esse termo, então, funciona como uma representação hierarquizante e desigual na relação dos sexos, provocando soberania dos homens e exploração das mulheres (Delphy, 2001).

Nessa perspectiva, as relações de gênero representam um processo contínuo da produção de poder entre homens e mulheres, oscilando através das sociedades. Na perspectiva das relações de gênero, Beauvoir (1980) sugere que a mulher é representada socialmente como o 'não sujeito', 'o outro', em uma condição da cultura que opõe a mulher e exalta o homem.

Essas disparidades podem influenciar diretamente nas relações de trabalho, relegando as 'atividades femininas' às funções de reprodução ou às tarefas domésticas, alusivas ao espaço familiar ou ao cuidado. Essa divisão influencia nas formas de produção capitalista, fazendo com que as mulheres ocupem posições inferiores aos homens na divisão do trabalho. A Organização Internacional do Trabalho – OIT (2009) analisou, em países latino-americanos, os setores, ramos e empregos ocupados por mulheres, concluindo que existe uma tendência destas a desempenharem atividades nas áreas de comércio e serviços comunitários, sociais e pessoais, com predomínio nas ocupações como docência, enfermagem e trabalho doméstico.

Ademais, a OIT indicou que, nos locais de trabalho, existe uma progressiva diminuição da presença de mulheres à medida que os cargos apresentam maior hierarquia, proporção que não supera 20% de mulheres em postos de direção. Dessa forma, “a organização social, a gestão do político, do religioso, das trocas simbólicas, em resumo, as coisas espirituais sérias permanecem nas mãos dos homens” (Irigaray, 2018, p. 146).

No século XVIII, a mulher era vista como um sujeito menos útil na força de trabalho, pois a força física do homem proporcionou a sua conquista no espaço público da sociedade, então elas eram rejeitadas para trabalhar nas fábricas, e, portanto, o trabalho feminino se limitava ao trabalho doméstico (Oliveira, 1999). A mesma autora destaca que, a partir da industrialização e automação no século XIX, a diferença física entre homens e mulheres começou a desaparecer e, com isso, o proletariado feminino criou forças no ambiente fabril. Assim, o discurso da desigualdade foi pautado pelo fato de que, por ser operária, a mulher era o oposto de feminina, perdia sua ‘feminilidade’; a inserção da mulher no trabalho assalariado colocava em xeque a imagem da mulher mãe e esposa, dependente, submissa, frágil, passiva.

Esses preconceitos fomentaram a desigualdade de gênero, projetando a imagem de uma mulher fundamentalmente ligada à família e à vida doméstica, dificultando a sua inserção e o desempenho profissional. Independentemente disso, a mulher continuou a lutar pelo seu espaço, mas, apesar do crescente número de mulheres presentes no mercado de trabalho, seus empregos raras vezes eram promissores ou representavam ‘carreiras’. Quando não estavam nas mais baixas posições do terreno fabril, ocupavam cargos burocráticos como auxiliares, complementares às funções masculinas (Mitchell, 1967).

As relações de gênero evoluem de acordo com os novos espaços de discussão. Portanto, a trajetória das lutas feministas no Brasil pela garantia dos direitos das mulheres tem alguns marcos históricos, como: o direito às mulheres de frequentarem faculdades (instituído pelo decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879), o direito ao voto (decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932), o direito à prática de futebol através da revogação do decreto-lei 3199 de 1941, em 1979), o reconhecimento das mulheres como iguais aos homens na Constituição de 1988 e a descriminalização da falta de virgindade (lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002).

Ainda assim, mesmo com esses grandes avanços que marcaram evolução da ocupação feminina na sociedade, persiste ainda a ideia de separação das atividades laborais de acordo com o sexo, tratando de uma segregação sexual que cria barreiras para que a mulher possa ascender em sua carreira profissional. O fato de as mulheres atuarem em menor número em áreas ‘tradicionalmente’ ligadas à figura masculina são evidências de exclusão social pelo gênero. A autora Silvia Yannoulas (2013) associa essa dupla segmentação como causadora de uma hierarquia organizacional, com ‘teto e paredes de cristal’, que restringe horizontal e verticalmente, as oportunidades abertas às mulheres. O termo ‘teto de vidro’ é utilizado para descrever um muro que é sutil, mas capaz de impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional. Tal barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais exclusivamente devido ao seu gênero e não pela sua falta de capacidade.

Para Bourdieu (2002), a organização social atua como um instrumento simbólico que tende a autenticar a dominação masculina na divisão social do trabalho e na distribuição restringida das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, por exemplo. Nessa perspectiva, reforça-se a diferença biológica entre os sexos – entre o corpo masculino e o corpo feminino – e essa diferença anatômica é compreendida como um fundamento natural para a manutenção de um poder. Tem-se assim que a ordem masculina e as relações construídas entre os gêneros e a divisão social do trabalho dispensam justificativas, pois são vistas como a ‘ordem social das coisas’ (Bourdieu, 2002).

Nesse sentido, desenvolveram-se novas concepções de sexualidade, trabalho e família, que enaltecem a posição da mulher nas competências profissionais e posições hierárquicas organizacionais. Além disso, a participação feminina no mercado de trabalho deixa de ser vista apenas de maneira secundária com finalidade de complementar a renda econômica familiar e a mulher passa a exercer o papel de provedora do lar. Em 1995, somente 22,9% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, porém, em 2015 esse

número cresceu para 40,5% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015), mostrando que a luta e o esforço feminino por igualdade salarial e oportunidades de trabalho vêm ganhando força. No entanto, as tarefas domésticas ainda são um empecilho para consolidar a posição da mulher no mercado de trabalho.

Dessa forma, mulheres veem suas alternativas de trabalho limitadas, já que, muitas vezes, sua inserção nas atividades remuneradas está vinculada à presença de crianças ou idosos em suas casas, ou seja, as responsabilidades familiares atuam como barreiras ou falta de incentivos à inserção profissional. O Conselho Nacional das Mulheres (2007), juntamente com Uribe-Echeverría (2008) demonstram em seus estudos que, enquanto para os homens, estabelecer uma família e possuir relação conjugal aumentam a sua participação no mercado profissional, para as mulheres, diminui.

Na área da Educação Física essas diferenças entre os sexos também são recorrentes, assim como vemos nos cargos de preparadores físicos, em que houve um aumento da participação feminina nessa área, mas a ocupação permanece majoritariamente masculina. Essa falta de equidade entre os gêneros fez com que as mulheres precisassem criar alternativas e métodos para superar essa diferença. Souza de Oliveira (2004) aponta que as mulheres usam a seu favor a imagem que foi construída sobre elas – de que são meigas, flexíveis, maternais, belas – para ascenderem profissionalmente, ou seja, elas manipulam o estereótipo como um contrapoder e usufruem da própria cultura patriarcal como estratégia para se sobressair no mercado de trabalho.

Desse modo, a mulher consegue se inserir no mercado de trabalho da Educação Física, mas é vista como invasora do mundo masculino, sendo direcionada a realizar tarefas e ocupar cargos que exigem um maior envolvimento emocional e cuidado social – classificados como ‘femininos’ – como no ensino fundamental e ensino médio (Fonseca e Both, 2021). A criação de ambientes, como academias, exclusivas ao público feminino, além de abrirem um mercado específico às profissionais de Educação Física, também passam a ideia de um ‘ambiente seguro’ para as alunas.

Na Educação Física a mulher enfrenta dificuldade para empreender, inserir-se profissionalmente, consolidar-se no meio esportivo, desmistificar as normas de seu corpo, quebrar estereótipos, ser valorizada como profissional, dentre várias outras. Esses obstáculos existem devido ao fato de que os homens duvidam da capacitação das mulheres que, por sua vez, precisam lidar com a desconfiança sobre sua competência e reafirmar, constantemente, que são merecedoras de sua ocupação ou posição (Souza de Oliveira, 2004). Mesmo que as mulheres tenham ampliado sua participação nos diferentes setores de atividades na Educação Física (Fonseca e Souza Neto, 2020), ainda persiste a segregação vertical – barreiras para que as mulheres alcancem cargos de maior prestígio – e a segregação horizontal, já que as mulheres atuam em menor número em áreas tradicionalmente ligadas à figura masculina (Barros e Mourão, 2018).

O estudo de Norman (2010) apontou que as mulheres treinadoras de esportes de alto rendimento não são levadas a sério pelos demais técnicos, sendo consideradas como fracas ou com nível de conhecimento inferior. Nas Olimpíadas de verão de 2020, realizada em Tóquio em 2021, uma pesquisa que analisou nove modalidades esportivas masculinas e femininas (vôlei de quadra, polo aquático, nado sincronizado, beisebol/softbol, basquete, futebol, hóquei sobre a grama, handebol e rúgbi de sete) indicou que dos 402 treinadores, apenas 26,8% são mulheres. Para Goellner (2006), quando comparadas aos homens, as condições para acesso e participação das mulheres no esporte, tanto como atletas quanto como treinadoras, não são iguais, sejam elas no esporte de rendimento, no lazer, na educação física escolar, nos valores de alguns prêmios atribuídos, entre outras.

A partir destas reflexões, observam-se significativas tensões ligadas às questões de gênero no tecido social brasileiro, que perpassam as diferentes dimensões da cultura, dentre elas o trabalho. Nota-se que a questão merece problematizações no contexto da formação inicial para o exercício profissional. Acredita-se que análises desta natureza podem desencadear processos de conscientização – individual, coletiva e institucional – a respeito da desigualdade social de gênero, ampliando o rol de informações disponíveis para seu enfrentamento. Sendo assim, o estudo buscou analisar a perspectiva de graduandas em Educação Física quanto ao exercício de sua futura profissão, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e às questões de gênero.

Metodologia

De natureza qualitativa (Patton, 1980; Glazier e Powell, 1992), no trabalho de campo, propôs-se a mobilização do grupo focal como ferramenta para coleta de dados, uma vez que o referido método promove a criação de interações grupais que possibilitarão uma ampla problematização sobre o tema (Backes et al., 2011). Além disso, o alargamento do debate no formato de grupo pode estimular discussões abrangentes e diversificadas sobre os objetos postos em tela, inclusive com o estabelecimento de diferentes pontos de vista. Por se tratar de uma amostra exclusivamente composta por mulheres, os encontros em grupo são encorajados, pois estimulam o sentido empático das informações, podendo reduzir os constrangimentos sobre as participantes, legitimando os relatos e experiências que emergem nas discussões (Madriz, 2000).

Dessa forma, entende-se que a técnica de grupo focal viabilizou o alcance de maiores níveis de reflexão sobre o tema pelas participantes, transparecendo dimensões de concepções e entendimentos que normalmente não são exploradas pelas demais técnicas de coleta de dados (Kitzinger, 1994). A amostra do estudo foi constituída por mulheres estudantes do curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, tendo como recorte temporal aquelas que se encontram na fase final da formação, ou seja, nos quatro últimos semestres, com representatividade mínima de duas discentes por turma (bacharelado e licenciatura). Também foram convidadas mulheres cuja formação encontra-se irregular, ou seja, que suas respectivas turmas regulares já tenham se formado, totalizando 20 participantes.

A caracterização da amostra foi feita de forma intencional. Como aponta Borges e Santos (2005), o recrutamento foi feito de maneira a abranger a variabilidade do grupo com intenção de ampliar a representatividade social da mulher. Logo, para a seleção das participantes, consideramos elementos como a forma de ingresso na universidade, moradia, orientação sexual, idade, raça/cor, estado civil e classe social. A participação se deu de forma voluntária, mediante a assinatura (virtual através do *google forms*) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As reuniões aconteceram virtualmente através da plataforma *online Google Meet* com um encontro por grupo. Como dito, a amostra totalizou vinte mulheres estudantes do curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto (identificadas com números de um a vinte), que pertenceram a quatro grupos (A - B - C - D) compostos por quatro, seis, cinco e cinco participantes, respectivamente. Os procedimentos da pesquisa seguiram o seguinte fluxo:

- (i) contato inicial com a voluntária para esclarecimentos sobre a pesquisa (08/2020);
- (ii) verificação da disponibilidade da voluntária e montagem dos grupos (08/2020);
- (iii) confirmação da participação da voluntária e assinatura do TCLE (08/2020);
- (iv) realização do Grupo Focal com Grupo A (09/2020);
- (v) realização do Grupo Focal com Grupo B (09/2020);
- (vi) realização do Grupo Focal com Grupo C (09/2020);
- (vii) realização do Grupo Focal com Grupo D (09/2020);

O tempo médio de duração dos grupos focais foi de uma hora, como sugere Debus (1997). As discussões dos grupos focais foram orientadas por uma das pesquisadoras, que teve a função de facilitar a interação grupal e captar as informações. Todos os encontros foram registrados por vídeo e áudio. Posteriormente, os registros foram transcritos e analisados através da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que é caracterizada por um conjunto de técnicas de análises da comunicação.

Uma vez coletados e transcritos, os dados provenientes da pesquisa foram analisados e submetidos ao diálogo com base na literatura pertinente sobre o objeto de estudo. As informações emergentes dos grupos focais foram apreciadas de forma global, ou seja, os debates estabelecidos nos encontros dos Grupos A, B, C e D não foram comparados, mas agregados e tratados descriptivamente. Dessa maneira, o campo de estudos permitiu o delineamento *a posteriori* de quatro categorias de análise: Condição da mulher, Enfrentamento dos estereótipos, Percepções sobre a Educação Física e O mercado da Educação Física para elas. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, sob o CAAE 32525020.0.0000.5150, em 21 de setembro de 2020.

Resultados e discussão

Condição da mulher

As relações de gênero, por conseguinte, são baseadas em diferenças hierárquicas e são uma forma substancial de estabelecer relações de poder que estariam divididas em três eixos: classe, raça e gênero (Scott, 1990). Na sociedade de classes atual, tudo que é diferente daquilo que está no topo das relações que compõem a 'pirâmide social' é visto como desigual e é tratado com opressão. Nesse sentido, nega-se à mulher a condição de igualdade, atribuindo-se a ela uma categoria de inferioridade nas relações sociais.

Mediante a análise dos materiais obtidos, observamos que as questões a respeito da iniquidade de gênero foram retratadas de maneira abundante, sendo um assunto de destaque. Este tópico pode ser observado na fala da participante 5:

(...) eu acho às vezes que a gente tem uma certa desvantagem social por ser mulher! Eu falo assim, porque, querendo ou não, o homem ele é superprivilegiado só por ser homem, sabe? (...) Talvez porque às vezes a gente não tem nenhum tipo de influência assim... eu falo até pra ser respeitada numa fala! E eu sinto que às vezes a gente pode ser tudo, menos melhor que os homens, sabe? Se os homens veem que a gente sabe um pouquinho mais que eles, (...) eles já começam a nos taxar como algo, como a louca, como... 'Você? Você não tá sabendo o que cê tá falando não, eu que tô certo'. E às vezes parte até pra uma grosseria maior (Voluntária 5).

A mulher, em geral, já nasce prisioneira das normas e culturas instituídas socialmente. Beauvoir (2001) afirma que as mulheres ainda não conquistaram o espaço e que vivem como convidadas em um mundo dominado pelos homens.

Como visto nos trabalhos supracitados de Delphy (2001) e Irigaray (2018), a lógica patriarcal emprega um conceito ontológico obsoleto a respeito do gênero, que reforça a objetificação da mulher e gera uma dessensibilização com relação aos seus corpos. A hipersexualização dos corpos ocorre principalmente devido à associação do corpo feminino (seja ele cisgênero ou transgênero) a um objeto público e disponível para todos a qualquer momento. Esse pensamento faz com que o corpo da mulher perca a sua singularização e subjetivação e se transforme em um instrumento de obediência e de reafirmação da supremacia do homem (Costa, 2018). Essa caracterização muitas vezes é encarada como justificativa para que ocorram desrespeitos como violência e assédio:

Mas... às vezes eu também me sinto muito... hipersexualizada, principalmente por ser preta clara, que é... que é um padrão sexualizado no Brasil, sabe? Por exemplo, a globeleza, entendeu? (...) que eu vou 'pegar', ficar ali e depois eu não vou querer efetivar nada, sabe? Eu sinto isso, muito! E... senti também por alunos, sabe? Tipo assim, de ter proposta, até mesmo homem casado, pai de aluno que eu trabalhava. E assim, eu sinto muito essa hipersexualização. (Voluntária 17)

Os pilares constitutivos da sociedade brasileira atual se apoiam no sistema de diferenças raciais e de gêneros, criando barreiras ainda maiores para mulheres negras. Sendo assim, as mulheres em suas interseccionalidades são excluídas das autoridades e dos meios de produção da sua comunidade e, simultaneamente a isso, existe um discurso exacerbado endereçado à mulher negra, colocando-a como sujeito sexualizado e responsável pela procriação (Figueiredo, 2015). Deste modo, percebe-se que existe um estigma ainda maior quando a dimensão de gênero é subdividida em outras matrizes interseccionais, como a raça.

Ainda no raciocínio de Irigaray (2018), numa sociedade patriarcal, mulheres não têm outro horizonte além de o da maternidade, sendo esta tratada como uma obrigação e, portanto, diretamente associada à felicidade e à realização de vida da mulher. A seguinte exposição ratifica esse pensamento:

(...) todo mundo coloca a mulher como aquela que só vai se realizar se tiver uma família, se construir uma família, se tiver filho, sendo que a situação não é bem essa. A gente se realiza de várias formas, né? Uma delas é profissionalmente, né? Então assim, por que o homem pode se tornar um empresário de sucesso para se realizar e a mulher tem que ser mãe para se realizar, né? (Voluntária 11)

A maternidade pode ser vista como um fator limitador da liberdade das mulheres, que oprime a criação de sua subjetividade singular e pode torná-la uma forma feminina submissa que se organiza em torno, exclusivamente, da função de procriar. Como para elas a única opção oferecida é a de reprodução, faltam-lhes oportunidades para idealizar a sua própria competência social e profissional.

Dados obtidos pelo IBGE indicam que a taxa de fecundidade caiu de 2,38 filhos por mulher no ano 2000 para 1,77 em 2018 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018). Além disso, entre 2009 e 2019, declinou em 23,7% o número de mulheres que deram à luz com até 19 anos de idade, 8,4% entre aquelas na faixa etária dos 20 aos 29 anos e houve um aumento em 40,5% de partos registrados de mulheres com mais de 30 anos de idade. Esses números são indicadores da preferência por uma gravidez planejada, com foco na estabilidade financeira, elaboração de uma carreira e certo estabelecimento profissional antes da maternidade.

O aumento significativo da força feminina como chefes de família, no emprego formal, no ensino superior completo e na ocupação dos postos de trabalho (Brasil, 2012) mostra que o paradigma da mulher ligada à maternidade tem ganhado novos contornos. Corroborando Souza de Oliveira (2004), a falta de poder da mulher na sociedade reduz a credibilidade de seus atos, impondo-lhe a necessidade de constantes ações afirmativas. Sendo assim, ao longo de suas vidas, são subestimadas e questionadas sobre as habilidades e conhecimentos que possuem para desenvolver determinadas atividades, como exemplificam os trechos a seguir:

(...) em relação ao que mais pesa pra mim é o fato de questionarem a validade do que a gente tá falando. Um homem vai falar alguma coisa, um conhecimento dele, vai falar: 'É isso, isso e isso! Dificilmente alguém vai questionar se ele tá certo ou não. (...) aí a mulher fala a mesma coisa que o homem falou e ela vai ser questionada: 'Você tem certeza de que você tá certa?', Você estudou? (Voluntária 18)

Mesmo com todos os meios de comunicação e acesso a informações, parece ainda não estar claro que as mulheres ocupam seus cargos profissionais e exercem suas funções porque possuem competência para tal. Nesse sentido, homens se apossam de discursos articulados para descredibilizar a mulher. Essas atitudes são conhecidas como *Mansplaining*, *Manterrupting*, *Bropriating* e *Gaslighting*, expressões utilizadas para se referir a situações em que o homem tenta estabelecer uma superioridade intelectual e desmerecer o conhecimento de uma mulher, tirando a autoridade e o respeito que ela tem sobre determinado assunto.

O termo *Mansplaining* se popularizou após ser usado por Solnit (2008), em tradução literal, temos “homem (*man*) explicando (*explaining*)”, expressão empregada para nomear o ato de um homem explicar algo óbvio a uma mulher, subestimando e minimizando o conhecimento dela sobre o assunto (Espínola et al., 2021). A palavra *Manterrupting* (homem interrompendo) foi criada para denominar a ação do homem de continuamente interromper a mulher durante a sua fala, *Bropriating*, que é junção dos termos “*Bro*” que traduzindo para o português é uma gíria que significa ‘Cara’ e *propriating* (apropriação), ocorre quando um homem se apropria e leva créditos de uma ideia expressada anteriormente por uma mulher, que acaba descredibilizada (Campo e Parzianello, 2021). Por fim, *Gaslighting* é uma forma de

abuso psicológico em que um homem induz a mulher a pensar que enlouqueceu ou que está equivocada sobre um determinado assunto, sendo que na verdade a mulher está certa. Um cenário manipulado pelo homem para fazer a mulher duvidar de si mesma, do seu raciocínio, percepções e até sanidade (Nóbrega, Araújo e Gama, 2019).

Esse modo silencioso de violência atinge as mulheres mediante a manipulação psicológica, categorizando-as como incapaz de compreender ou executar uma tarefa apenas pelo fato de ser mulher. São ações que reforçam a ideologia de uma mulher submissa e inferior, além de contribuir para a recorrente desqualificação profissional e intelectual, desmerecendo o seu discernimento. Essas práticas minam a confiança e autoridade da mulher sobre um determinado conteúdo e, com isso, passa a ser inevitável que a mulher tenha que se validar reiteradamente. Isso tudo faz com que seja perpetuada a concepção de que a mulher necessita passar por uma provação e se mostrar capaz de entender determinados assuntos que são de ‘domínio dos homens’. Tal desigualdade resulta em certa competição entre os gêneros, estabelecendo uma luta de mulher *versus* universo patriarcal.

Enfrentamento de estereótipos

Essa modelagem generalizada produz uma normatividade, que é entendida como um sistema de controle das práticas sociais e dos corpos que a compõem (Butler, 2004). Sendo assim, perpetuam-se reproduções históricas fundamentadas na diferença sexual para estabelecer discursos que promovem a iniquidade entre os gêneros. Essas ideologias são estimuladas com base em convicções retrógradas e misóginas, determinam comportamentos e funções, organizando, classificando e hierarquizando os corpos. O trecho a seguir exemplifica como esses discursos são propagados e interferem na vida da mulher:

Eu meio que cresci um pouco traumatizada com essa imagem que a sociedade cobra da gente. (...) Eu sempre gostei de esporte, mais precisamente futebol e, por ser mulher, já tem esse certo preconceito. (...) Aí, sempre que eu falava que eu queria jogar o futsal – reproduzindo termos que eles usavam – eu era a ‘Maria macho’. (...) Enfim... quando eu estava indo pro Ensino Médio, eu tinha 15 anos, no meu time as meninas começaram a ter uma outra opção sexual e aí eu comecei a ser atacada! Tipo: ‘Você, que me aparece em casa com outra opção sexual...’, ‘Se você mudar a sua opção sexual... nossa... (tom de ameaça)’ (...) E isso foi colocando uma pressão tão grande em cima de mim, que eu tinha que ser a “garota perfeita”, que eu larguei o futebol por 5 anos. Essa foi a pior decisão que eu tomei na minha vida! (Voluntária 6).

Essas reproduções manipulam as subjetividades femininas e reforçam cada vez mais os estereótipos que limitam ou, até mesmo, privam certas experiências no espaço social. No Brasil, percebe-se uma enorme falta de estrutura que incentiva a prática do futebol por meninas e mulheres, uma vez que existem poucos campeonatos da modalidade, as contratações são efêmeras e as políticas privadas e públicas de incentivo à prática são praticamente inexistentes (Goellner, 2005).

Por outro lado, a compleição feminina produz um universo excludente e carregado de estereótipos. A objetificação dos corpos femininos provoca um consumo ilusório de beleza, levando as mulheres a se submeterem a procedimentos cirúrgicos e estéticos como uma forma de afirmação de gênero, consequência da pressão social, para que elas se sintam ‘encaixadas’ nos padrões impostos e exigidos.

Nesse sentido, reitera-se a definição de Foucault (2020) a respeito do sexo como dispositivo histórico incumbido de disciplinar e regular as populações, controlando os corpos individualmente e socialmente. Para o estudioso, obter poder sobre os sexos significa ser capaz de censurar e construir uma sociedade subordinada através da soberania que, por meio desse sistema simbólico de segregação, coloca o feminino em condição de inferioridade.

O determinismo funcional e comportamental impostos diariamente no cotidiano das mulheres são peças-chave para imortalizar esses estereótipos. Na fala da participante 6, observa-se a construção associada ao determinismo funcional que preserva a ideia de que existem mundos separados para homens e mulheres. A conceituação de ‘coisa de homem e coisa de mulher’ implica sustentar o pensamento primitivo de que as mulheres devem voltar as suas atividades ao meio familiar. Através do conceito de dispositivo sexual explicado por Foucault (2020), tem-se que esse sistema simbólico elabora dois domínios diferentes e opostos que estabelecem quais e como os corpos podem performar.

Eu acho que tem sim, porque nesse campo da Educação Física eles vão sempre arrumar aquela vaga que a gente fala... aquela coisa *soft*, pra mulher. Se tiver uma vaga de cargo só na musculação aberta, eles vão dar a oportunidade para o homem. (Voluntária 20)

Eu só ia falar daquele estereótipo de que homem é mais rígido e mais sério e a mulher é mais coração mole e seria talvez mais flexível com alguém no treinamento, por exemplo, não seria tão eficaz. (Voluntária 19)

(...) na nossa área sempre vão inferiorizar a mulher. É como se ela não conseguisse exercer a mesma função, ela tem que fazer uma coisa mais fácil. (Voluntária 1)

Beauvoir (2001) usa o termo “eterno feminino” para conceituar a imagem inventada, que cataloga as mulheres descrevendo-as como intuitivas, encantadoras e sensíveis, seres incapazes e desprovidos de inteligência. Essa idealização conserva a representação cultural da identidade feminina que associa as mulheres “à sensibilidade, às capacidades instintivas e intuitivas, opondo-as às questões universais, racionais, políticas e culturais” (Vieira, Garcia e Maciel, 2020, p. 3).

Esse discurso é um exemplo de como o sexismo tem pressupostos vazios para manter a organização de poder. Assim, a mulher tem a sua competência e o seu reconhecimento profissional comprometidos e relacionados com a sua estética. Então, surgem ‘justificativas’ para deslegitimar o sucesso e a qualificação profissional das mulheres. Desde a infância é colocada uma expectativa sobre as meninas quanto ao caminho que devem seguir, resumindo uma série de percursos. A vida da mulher está marcada por fatos que determinam os estágios de cada ciclo, como na puberdade (com a menarca e a perda da virgindade) e na concepção (com a gravidez e o parto). O anseio pela ordem dos fatos gera uma pressão no que concerne à tomada de decisão das mulheres, como exposto na seguinte colocação:

E uma outra coisa que eu vejo também é que a maioria das pessoas traçam uma reta de como a sua vida tem que ser. Então, ah, você tem que formar, e aí você tem que entrar em uma graduação, aí depois você tem que ser um bom profissional, aí depois você tem que construir a sua família, aí depois você morre! (...) As pessoas criam meio que um caminho único para você seguir e se você sai é porque você não deu certo. (...) então, se você pula etapas as pessoas falam assim ‘Ah, então você não deu certo’ (...) é como se tivesse um padrão de escolhas também. (Voluntária 1)

Uma vez que é naturalizada a ideia de que os sujeitos possuem o controle sobre a trajetória de vida das mulheres, as pessoas se sentem no direito de cobrar como e quando os fatos devem ocorrer. Ademais, se existe uma frustração quanto às tomadas de decisão da mulher, as pessoas se reconhecem no direito de reagir com repulsa e julgamentos, sentenciando as escolhas. Nos depoimentos de duas voluntárias que vivenciam a maternidade, ficaram evidente essas opressões:

Às vezes as pessoas me perguntam: ‘Nossa, mas sério? Não foi sem querer?’ E eu já ouvi isso de professores dentro da Universidade, de perguntar, de sentir uma

risadinha (...) eu sentia várias vezes no ar as piadinhas. Às vezes uma pergunta meio tipo 'Há? Sério?', sabe? Então assim, dentro da própria universidade!! (...) 'Não, mas será que você vai dar conta? 'Mas nossa, você não tá muito nova? (Voluntária 4)

Nossa, eu escuto sempre a piadinha do mesmo professor nas aulas e é uma coisa ridícula, porque faz a gente se constranger na frente de todo mundo... Não acho muito legal, mas é isso. Todo momento tem julgamentos... críticas, questionamentos. Sendo que tipo assim, como participante 4 falou, *né?* A vida é sua, a escolha é sua! (Voluntária 2)

O modo operante dos sistemas simbólicos é o fator primordial para que se criem os discursos de estereótipos de gênero que estão enraizados em nossa cultura. Ao estipular o padrão pelo qual as mulheres devem se comportar ou as funções sociais que devem desempenhar, cria-se um estereótipo generalizado sobre a capacitação desse grupo, que interfere diretamente na sua imagem no mercado de trabalho. Assim, a profissional de Educação Física tem sua qualificação limitada e comprometida.

Percepções sobre a Educação Física

Para além desses aspectos, notou-se que, para as voluntárias, a escolha de ser profissional de Educação Física provoca uma série de consequências que podem afetar suas rotinas, sendo necessário criar hábitos de promoção de autocuidado e autoconhecimento do corpo. Para a maioria das participantes, suas futuras atuações na área exigem que se mantenha um certo estilo de vida ativo, já que vários campos de atuação requerem vivências e práticas corporais. Esse pensamento cria uma linha tênue entre ter um corpo predisposto para ministrar as aulas e treinos e buscar um corpo aproximado de um padrão idealizado.

A necessidade de manter um corpo pertencente a esses padrões aparece como cobrança para profissionais da Educação Física. As voluntárias alegaram também que existe um estigma sobre seus corpos, implicando que as pessoas que não possuem o 'corpo ideal' não seriam capazes de fazer com que seus clientes conseguissem obter os resultados desejados.

Fora que se você não tiver um corpo que as pessoas consideram como um corpo que as pessoas deveriam ter, como que você vai saber deixar alguém com aquele corpo?
Tipo assim, 'Ah, ela tá mais gordinha, como que ela vai saber emagrecer alguém?'
Já ouvi isso. (Voluntária 17)

Essa exigência padronizada extrapola para as subjetividades, criando um modelo comportamental a ser seguido. A construção dessa normatividade social reflete nas atitudes das profissionais, que se veem na obrigatoriedade de ter que zelar e manter um certo perfil em seu ambiente de trabalho e fora dele. Dessa forma, o mercado espera um certo comportamento e impõe o modo como as profissionais devem se portar, interferindo nas suas vidas pessoais e deslegitimando a mulher que não segue esses padrões. Observamos o diálogo das voluntárias:

(...) em questão da licenciatura, por exemplo, você tem alguns alunos que são crianças ainda, aí às vezes eles te seguem no Instagram e você posta o que você tá vivendo, e acaba passando uma imagem que os pais não gostariam e tudo mais. Então, a gente precisa ter um pouco de cautela em relação a isso. Só que também acho que as pessoas têm que entender que nós somos seres humanos e que a gente vive a nossa vida e expõe tudo que a gente gostaria de expor. Eu acho que a gente tem que ter o mínimo de respeito no ambiente de trabalho, obviamente, só que é muito cobrado que você seja totalmente... com o corpo totalmente perfeito, maquiada,

bem apresentável o tempo todo e as coisas não são assim! Ainda mais a gente que vai trabalhar 12h por dia, você quer que eu mantenha os cílios lá em cima 12h por dia? (risada). (Voluntária 16)

Temos uma imagem a zelar. Em relação ao corpo, em relação ao comportamento, em relação à exposição..., mas o que eu acho é que realmente, não só mulher, como qualquer pessoa que tem que zelar a imagem, é a imagem profissional. No sentido de ser sério no que que você *tá* fazendo, agir com profissionalismo, isso sim deve ser cobrado, mas não só da mulher (...). (Voluntária 18)

A imagem feminina criada socialmente e difundida pelas mídias cultivou uma cultura que expõe o corpo da mulher como objeto de propaganda e desejo. As redes sociais são o grande meio de proliferação desse padrão e reproduzem um mercado que vende o modelo de corpos potencializados. O mercado das 'Musas fitness' comercializa um estilo de vida focado na produção de um 'corpo perfeito', em que aqueles que se comprometem com esse modo de viver devem fazer sacrifícios em sua rotina como prática excessiva de exercícios, dietas extremamente rígidas e uso de medicamentos manipulados (Lírio, 2020). Porém,

a exercitação intensa e a alimentação mensurada e comedida não produzirão as arquiteturas corporais desejadas, visto que os músculos teimam em apagar a sinuosidade dos corpos potencializados, afastando-os da arquitetura corporal que remete à feminilidade normalizada. (Venturini et al., 2020, p. 8)

As autoras ainda afirmam que o corpo *fitness* feminino visto como produto de consumo reforça a ideia de corpos inacabados que precisam ser reestruturados, com foco na monetização da aparência física como mercadoria.

O mercado da Educação Física para elas

Apesar de nos últimos anos o Brasil ter passado por mudanças demográficas, sociais e culturais significativas para o aumento da força de trabalho feminina remunerada, as mulheres, em suas interseccionalidades, deparam-se com dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, e o seu esforço para a permanência no cargo é desigual, quando comparado ao dos homens. Um estudo que analisou as entrevistas de emprego em duas grandes universidades americanas – a Universidade da Califórnia e a Universidade do Sul da Califórnia – constatou que as mulheres enfrentam entrevistas de emprego mais difíceis, além de serem interrompidas mais vezes durante as suas apresentações (Blair-Loy et al., 2017).

De acordo com o que foi debatido nos grupos focais desta pesquisa, o desgaste das tarefas domésticas pode ser caracterizado como empecilho para a permanência da mulher no mercado de trabalho. Em específico, foram abundantes as menções a respeito das tarefas alusivas à maternidade como um importante fator no momento da contratação e permanência nos empregos. Pesquisa da empresa de mercado MindMiners constatou que 47% das entrevistadas já haviam sofrido rejeição para ocupar uma vaga por serem mães ou desejarem ter filhos. Supostamente, as mulheres que são mães estão sujeitas a serem rotuladas como menos comprometidas com o trabalho.

Em relação a entrevista de emprego, eu acho que existe uma diferença sim, (...) sobre você ser casada e ter filhos. Porque eu acho que infelizmente a mulher acaba sendo a cuidadora *more [sic]* do filho. Então assim, se você é mulher e tem filho, você vai precisar de um tempo de folga do seu trabalho pra cuidar desse filho (...), mas se você é homem e tem filho, você tem mulher pra cuidar! Então não importa. (Voluntária 16)

Em síntese, a mulher teria que escolher entre a maternidade e sua carreira profissional, pois mesmo que as organizações se disponham à flexibilização de horários, os conflitos continuam existindo. Enquanto persistir o pensamento de que o trabalho doméstico, especialmente o cuidado de crianças, é exclusivo das mulheres, teremos também comportamentos altamente segregacionistas e não inclusivos. Fatores como distribuição desigual de poder, distribuição desigual de tarefas, a falta do devido reconhecimento por elas e o autoritarismo evidenciam a segregação por sexo que transcorre em algumas culturas do contexto organizacional (Goiacira e Macedo, 2004). Essas segregações são potencializadas quando nos referimos às interseccionalidades como raça, etnia, orientação sexual, padrões estéticos e de condições financeiras que estão presentes e muito evidentes.

Nessa esteira, ao aproximarem a Educação Física da presente discussão, Auad e Corsino (2018) enfatizam o papel da escola no reconhecimento – e consequentemente no enfrentamento – das dissimetrias desencadeadas pelas interseccionalidades. Os autores destacam que a Educação Física Escolar pode ser o lugar de práticas educativas comprometidas com a democracia, induzindo transformações culturais para a construção de uma sociedade cuja coletividade não apague ou desqualifique as individualidades, afastando todo e qualquer discurso que possa justificar os mais variados tipos de violência.

Tais separações, somadas aos padrões discutidos pelo determinismo funcional e comportamental, colaboram para a segregação ocupacional do mercado da Educação Física. Com base na análise de Fonseca e Souza Neto (2020) sobre a Relação Anual de Informações Sociais de 2014, encontrou-se que apenas a proporção de homens e mulheres que atuam no meio escolar de ensino fundamental e médio é equilibrada. Em todas as outras áreas de atuação da Educação Física, os homens são predominantes. No ramo de treinador profissional de futebol e preparador de atletas, a supremacia masculina é mais de 340% e 250%, respectivamente.

A falta de representatividade das mulheres no meio esportivo se dá pelo fato de que esse meio é visto como um ‘ambiente masculino’, caracterizado com adjetivos como força, determinação, resistência e busca de limites, os quais são reservados aos homens (Rubio e Simões, 1999). Da mesma forma, no campo escolar há uma leve prevalência do gênero feminino, pois impera o pensamento do papel do cuidar e ensinar, que é associado às mulheres. Na declaração da voluntária 9, podemos ver a falta de representatividade da mulher em determinadas áreas de atuação:

A pessoa precisa nem falar comigo, mas certos comportamentos, sabem? A forma como agem com a gente. Acham que a gente não consegue pegar determinada carga... não pedem ajuda num supino (...) acham que porque a gente é mulher a gente não tem força, nós não somos inteligentes, acham que a gente não pode *tá* ali, *né*? Para exercer a nossa profissão. É esse comportamento machista todos os dias, não precisa falar nada, mas a gente percebe. (...) há uma segregação ali, na academia e em todas as áreas que você for trabalhar, principalmente com homem, você fica segregada ali e o pessoal finge que nem *tá* te vendo. (Voluntária 9)

Além dos desafios a respeito da desigualdade de gênero encontrados para entrar no mercado de trabalho, existem ainda as iniquidades de oportunidade e salários existentes dentro dos cargos. A OIT divulgou em 2019 que as mulheres ganham em média 20% a menos do que os homens para desempenhar a mesma função. Com base na análise de Proni (2010), constatou-se que em Minas Gerais os salários dos homens podem ser até 60% mais altos do que os das mulheres em empregos formais na área da Educação Física. Ainda, apesar de terem uma remuneração mais baixa, a média de jornada de trabalho nessa profissão é maior para as mulheres (Fonseca e Souza Neto, 2020).

Atualmente, as formas de produção capitalista estimulam a segregação por sexo na esfera do trabalho em que as mulheres são encaminhadas a posições inferiores como empregadas domésticas, secretárias, cuidadoras, educadoras, abrindo espaço para uma sexualização no próprio trabalho, onde se exerce, em

muitas ocasiões, o assédio sexual (Curiel, 2005). Esse tipo de exposição gera situações de humilhação e constrangimento e cria sentimento de impotência ou vulnerabilidade assim como relata a voluntária:

(...) a situação que eu vivenciei assim, clara de assédio, dentro do local de trabalho, era um pai de um aluno que era casado e além de ser casado ele era muito rico. Então assim, homem, branco, hetero, rico, detendo todo o poder daquela situação e eu era uma estagiária só. (...) pra eu reagir alguma coisa eu tenho que ver se tem alguma câmera, se alguém viu, se alguém vai comprar a briga, porque sozinha eu não teria poder contra ele. Ele poderia me mandar embora. (...) Então assim, eu me senti impotente. (Voluntária 17)

As profissionais da Educação Física estão suscetíveis a situações de assédio físico, tanto nos estágios quanto nos empregos formais. A figura feminina é sexualizada e objetificada dentro da Educação Física de forma que interfere no livre arbítrio das profissionais. Não obstante, as mulheres ainda são cobradas a responder pelo olhar do outro:

Não dá para você ficar com uma calça extremamente marcada, extremamente apertada ... você vai lidar com pai... e eu acho muito complicado. (Voluntária 4)

Que eu já ouvi de uma pessoa na graduação, *né*, de um professor, que a gente deveria dar aula de cabelo amarrado porque se não os alunos do ensino médio poderiam nos achar atraentes. E assim, são coisas que... que... a gente não é responsável pelo que os alunos vão achar, *né?* (Voluntária 11)

O sentimento de posse e pertencimento do homem sobre a mulher naturaliza e torna invisível a violência cotidiana sofrida. Ter a liberdade de poder usufruir de qualquer atmosfera com o mínimo de segurança deveria ser um direito básico e incontestável, mas percebe-se que esse direito é um privilégio exclusivo de certas classes e gênero (Vieira, Garcia e Maciel, 2020). O assédio, então, se transforma em uma ferramenta de violação de poder que desqualifica a vítima de maneira deliberada e constante através de situações abusivas.

Assim, quando se discute o quanto é mais difícil para as mulheres alcançarem um patamar mais alto em suas carreiras do que é para os homens, deve-se refletir sobre as limitações estabelecidas a elas. Há uma predominância de homens cisgêneros, brancos e heterossexuais nas posições de liderança e, na Educação Física, essa hegemonia persiste. No meio esportivo conseguimos perceber com muita clareza essa discrepância. De acordo com o Comitê Olímpico Internacional (COI), dos 206 Comitês Olímpicos do mundo, apenas 17 são presididos por mulheres, número que expressa essa desigualdade da representatividade feminina nesse ramo, já que a proporção mundial de homens e mulheres é uniforme (49,54% mulheres e 50,46% homens). As mulheres que alcançaram posições de destaque dentro das organizações devem ser vistas como modelo para a luta que busca mudanças sociais e culturais para alcançar oportunidades iguais entre os gêneros. As líderes têm a capacidade de conseguir quebrar com os paradigmas do ‘universo masculino’ e destacar uma nova realidade possível, na qual as mulheres são chefes não só de suas famílias, mas também de suas carreiras profissionais.

Considerações finais

Para desdobrar os caminhos rumo ao fim da desigualdade entre os gêneros, é necessário, primeiro, que se saiba identificar as origens de tal condição. Acredita-se que os estudos sobre a condição feminina no espaço profissional, em especial na Educação Física, são imprescindíveis. Trazer à tona as condições do mercado de trabalho na área abre espaço para os debates a respeito da desigualdade de gênero, reconhecendo os problemas acerca desse tema.

Após a análise dos dados, fica evidente que as futuras profissionais da área se veem em lugar de desvantagem. Sentem-se tratadas com inferioridade no ambiente em que vivem e rotuladas de uma série de estereótipos. Dessa forma, a construção sociocultural impõe sobre o conceito de gênero decreta que a mulher e o feminino são inferiores quando comparados aos significados concedidos aos homens e ao masculino. Assim, por meio de uma análise sociológica das falas das participantes, baseada nas categorias ‘condição da mulher’, ‘enfrentamento dos estereótipos’, ‘percepções sobre a Educação Física’ e ‘o mercado da Educação Física para elas’, compreendemos que os comportamentos sociais determinados são fatores cruciais para moldar as normas do mercado de trabalho e a perspectiva e expectativa das estudantes neste âmbito. Portanto, o discurso que salienta o sistema hierárquico de gênero não pode ter outra finalidade senão a de perpetuar a essência do patriarcado e a superioridade masculina.

Mesmo admitindo que alguns espaços já estão sendo conquistados e reconhecidos, a busca pela equidade de gênero no mercado de trabalho é apenas uma das questões que compõem as discussões a respeito das relações de gênero. Assim, a presença da mulher em todos os lugares tem servido como referência de liberdade, igualdade e apropriação de seus próprios direitos, contribuindo como uma grande engrenagem dentro da complexa estrutura dos nichos sociais. É essencial dar mais visibilidade a essa temática para que, assim, homens e mulheres sejam capazes de evoluir e se desvincilar dos estigmas que regem a sociedade, avançando para a busca da equidade de gênero na carreira das profissionais de Educação Física.

Diante do levantamento bibliográfico sobre o tema, constata-se que estudos com mulheres ainda em formação, sobre a sua concepção quanto aos desafios de exercício da Educação Física, até então são poucos. Assim, sugere-se a leitura de novos artigos que questionam como a formação acadêmica em Educação Física poderia auxiliar as graduandas a construir uma identidade de gênero nessa área de trabalho e, possivelmente, prepará-las para os desafios encontrados no cotidiano profissional.

Informações do artigo

Contribuição dos autores

Concepção do estudo - BOU, LCP.

Curadoria dos dados - BOU, LCP.

Coleta de dados - LCP.

Análise dos dados - BOU, LCP, DF, MTSR.

Redação - manuscrito original - BOU, LCP, DF, MTSR.

Redação - revisão e edição) - BOU, LCP, DF, MTSR.

Financiamento

Não se aplica.

Conflitos de interesses

Os autores declararam não perceber conflitos de interesses.

Aspectos éticos

O projeto foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, CAAE 32525020.0.0000.5150, e aprovado em 21 de setembro de 2020, conforme o parecer n. 4.288.957.

Apresentação prévia

Não se aplica.

Referências

- AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, e42585, 2018. DOI: 10.1590/1806-9584.2018v26n142585. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PhXvnvjSpRwf6vnmRskBmVD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2021.
- BACKES, Dirce S. *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas: inovação metodológica em pesquisas qualitativas. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, p. 438-442, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 9 set. 2021.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BARROS, Suzane C. V.; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia Social*, v. 30, e174090, 2018. DOI: 10.1590/1807-0310/2018v30174090. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2021.
- BEAUVOIR, Simone. La Feminité: un piège... Trad. Sylvie Le Bon de Beauvoir. In: BONAL, G.; RIBOWSKA, M.; LOVINY, C. (orgs.). *Simone de Beauvoir*. Paris: Seuil, p. 114-117, 2001.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980
- BLAIR-LOY, Mary *et al.* Gender in engineering departments: are there gender differences in interruptions of academic job talks?, *Social Sciences*, v. 6, n. 1, p. 1-19, mar. 2017. DOI: 10.3390/socsci6010029. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0760/6/1/29/htm>. Acesso em: 9 set. 2021.
- BORGES, Camila D.; SANTOS, Manoel A. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. *Revista da SPAGESP*, São Paulo, v. 6, n.1, p. 74-80, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v6n1/v6n1a10.pdf>. Acesso em: 9 set. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU__Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. Acesso em: 11 ago. 2021
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília, MTE, 2012.
- BUTLER, Judith. Violence, mourning, politics. In: BUTLER, Judith. *Precarious Life: the powers of mourning and violence*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2004. p. 19-49.
- CAMPO, Louise A.; PARZIANELLO, Geder L. A comunicação não violenta no mercado de trabalho da mulher jornalista. *Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 20, n. 42, 2021.
- CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES (Conamu). *El tiempo de ellas y de ellos: indicadores de pesquisa de uso do tempo no Equador*. Equador: Conamu, 2007.
- COSTA, Ana K. S. Hipersexualização frente ao empoderamento: a objetificação do corpo feminino evidenciada. SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7., 2018, Rio Grande, RS. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/338.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- CURIEL, Ochy. Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos. *Intervenciones en Estudios Culturales*, Bogotá, v. 3, n. 4, p. 41-61, 2005, jan./jun. 2005. Pontificia Universidad Javeriana Colombia. Disponível em: <https://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-de-Estudios-Afrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel--Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.
- DEBUS, Marry. *Manual para excelencia en la investigación mediante grupos focales*. Washington: Academy for Educational Development, 1997.
- DELPHY, Christine. Penser le genre: problèmes et resistances. In: DELPHY, Christine. *L'ennemi principal: pensar le genre*. Paris: Syllèse, 2001. p. 243-260. v. 2.

ESPÍNOLA, Melissa R. *et al.* Conhecimento é liberdade: os neologismos no movimento feminista brasileiro *In: CASTRO, Paula A. (org.). Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos.* 21. ed. Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 569-587. v. 3.

FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 3, p.152-169, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiódicus/article/view/14261/9862>. Acesso em: 9 set. 2021.

FOLLADOR, Kellen J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. *Fato & Versões*, Campo Grande, v. 1, p. 3-16, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19787987-A-mulher-na-visao-do-patriarcado-brasileiro-uma-heranca-ocidental.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

FONSECA, Rubiane G.; SOUZA NETO, Samuel. Educação Física, profissionalização e mercado de trabalho: uma análise sobre o projeto profissional. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 26, e26024, 2020. DOI: 10.22456/1982-8918.98699. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/98699/56460>. Acesso em: 9 set. 2021.

FONSECA, Rubiane G.; BOTH, Jorge. O mercado de trabalho para o profissional de educação física no estado do Paraná - Brasil. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 27, 2021. DOI: 10.22456/1982-8918.102787. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/102787/60681>. Acesso em: 9 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

GLAZIER, Jack; POWELL, Ronald. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992. 238p.

GOELLNER, Silvana V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a prática*, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2006. DOI: 10.5216/rpp.v8i1.106. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/106/101>. Acesso em: 9 set. 2021.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, 2005. DOI: 10.1590/S1807-55092005000200005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303>. Acesso em: 9 set. 2021.

GOIACIRA, Segurado M.; MACEDO, Kátia B. As relações de gênero no contexto organizacional. *Psicologia Organizações e Trabalho*, Trindade, v. 4, n. 1, p. 71, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/7548/6927>. Acesso em: 9 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Taxa de fecundidade: IBGE, Projeção da População do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Documento digital. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

IRIGARAY, Luce. Então, quando nos tornaremos mulheres? *In: BAPTISTA, Maria M. (org.). Género e Performance: textos essenciais*. Coimbra: Gracio Editor, 2018. p. 145-147. v. 1. Disponível em: https://ria.ua.pt/bitstream/10773/25237/1/GEFE_ebook.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

KITZINGER, Jenny. The methodology of focus group: the importance of interaction between research participants. *Sociology of Health Illness*, v. 16, n. 1, p. 103-20, 1994. DOI: 10.1111/1467-9566.ep11347023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-9566.ep11347023>. Acesso em: 9 set. 2021.

LÍRIO, Marcella B. *A (des)construção de perfis de mulheres fitness no Instagram: corpos e ressignificações contemporâneas*. 2020. 112f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Cuiabá, 2020.

MADRIZ, Esther. Focus groups in feminist research. *In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Handbook of qualitative research*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. cap. 32. p. 835-850.

MITCHELL, Juliet. *Mulheres: a revolução mais longa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Revista Civilização Brasileira, n.14).

NÓBREGA, Mariane; ARAÚJO, Rodrigo L.; GAMA, Luiz G. P. Práticas contemporâneas de desigualdade de gênero e Qualidade de Vida no Trabalho no serviço público. *Revista de Administração Educacional*, Recife, v. 10, p. 129-146, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/view/242656>. Acesso em: 9 set. 2021.

NORMAN, Leanne. Bearing the burden of doubt: female coaches experiences of gender relations. *Research Quarterly for Exercise & Sport*, Reston, v. 81, n. 4, p. 506-518, dez. 2010. DOI:10.1080/02701367.2010.10599712. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261670448_Bearing_the_Burden_of_Doubt. Acesso em: 9 set. 2021.

OLIVEIRA, Eleonora M. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: Hucitec; CUT, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social*. Brasília: OIT, 2009. p. 40-66.

PATTON, Michael Q. *Qualitative evaluation methods*. Beverly Hills, CA: Sage, 1980. 381 p.

PRONI, Marcelo W. Universidade, profissão e educação física em mercado de trabalho. *Motriz: Revista de Educação Física (online)*, Rio Claro, v. 16, p. 788-798, 2010. DOI: 10.5016/1980-6574.2010v16n3p788. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/YfxscBvpHmYMFcmqV9pkBQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2021.

RUBIO, Kátia; SIMÕES, Antônio C. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 5, n. 11, p. 50-56, 1999. DOI: 10.22456/1982-8918.2484. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2484/1134>. Acesso em: 9 set. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3059/325>. Acesso em: 9 set. 2021.

SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.

SOUZA DE OLIVEIRA, Gabriela A. Mulheres enfrentando o desafio da inserção, ascensão e permanência no comando de equipes esportivas de alto nível. In: SIMÕES, Antônio C.; KNIJNICK, Jorge D. (org.). *O mundo psicosocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo: Aleph, 2004. p. 319-335.

URIBE-ECHEVERRÍA, Verónica. *Inequidades de género en el mercado laboral: El rol de la división sexual del trabajo*. Santiago: División de Estudios Dirección del Trabajo, 2008. (Cuaderno de investigación, n. 35).

VENTURINI, Iana V. et al. Musas fitness e a tríade corpo-consumo-felicidade. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 26, e26003, 2020. DOI: 10.22456/1982-8918.86634. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/86634/56056>. Acesso em: 9 set. 2021.

VIEIRA, Pâmela R.; GARCIA, Leila P.; MACIEL, Ethel L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Rio de Janeiro, v. 23, E200033, 2020. DOI: 10.1590/1980-549720200033. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2021.

YANNOULAS, Silvia C. *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013. 304 p.